



**REPÚBLICA DE MOÇAMBIQUE  
PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA  
GABINETE DO PROCURADOR-GERAL**

**Digníssimo Vice-Procurador-Geral da República;**

**Digníssimos Procuradores-Gerais Adjuntos;**

**Digníssimos Directores dos Gabinetes Centrais de Combate à Corrupção;  
Criminalidade Organizada e Transnacional; e de Recuperação de Activos;**

**Senhor Membro do Conselho Superior da Magistratura do Ministério  
Público;**

**Digníssimos Secretários-Gerais da Procuradoria-Geral da República e do  
Conselho Superior do Ministério Público;**

**Digníssimo Inspector-Chefe do Ministério Público;**

**Digníssimos Sub-Procuradores-Gerais-Chefe;**

**Excelentíssimos Directores-Gerais do IPAJ, SERNIC e SERNAP;**

**Digníssimos Procuradores Provinciais da República-Chefe;**

**Digníssimos Directores dos Gabinetes Provinciais de Combate à Corrupção;**

**Excelentíssimo Senhor Inspector Administrativo;**

**Excelentíssimos Directores de Gabinete e de Serviços Nacionais;**

**Excelentíssimos Chefes de Serviços do Ministério Público;**

**Caros Assessores,**

**Distintos Convidados;**

**Minhas Senhoras; e  
Meus Senhores.**

Em primeiro lugar, desejamos as boas-vindas a todos os membros e convidados à  
Décima Sexta SESSÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO COORDENADOR DO  
MINISTÉRIO PÚBLICO.

Constitui sempre para nós uma honra presidir a cerimónia solene de abertura do  
Conselho Coordenador do Ministério Público, aproveitando a oportunidade para  
rever e saudar a todos os membros deste órgão e aos distintos colegas e  
convidados.

Permitam-me agradecer a todos os presentes por terem acolhido o nosso convite  
para participar nesta Sessão, que decorre na modalidade híbrida, dada a conjuntura  
económica, que nos impõe a racionalização de recursos no sector.

Endereçamos, ainda, uma saudação a todos os profissionais do Ministério Público,  
nomeadamente magistrados, oficiais e assistentes de oficiais de justiça e demais  
funcionários da carreira de regime geral, manifestando o nosso apreço e renovando  
o compromisso de juntos continuarmos a trabalhar para o desenvolvimento e

consolidação institucional, mediante a prossecução das nossas atribuições constitucionais e legais.

Agradecimento especial aos Directores-Gerais do IPAJ, SERNIC e SERNAP, nossos convidados permanentes, que muito nos honram com a sua presença e que têm contribuído para a definição de melhores estratégias para a materialização das nossas actividades.

**Caros Colegas,**

**Excelências,**

Durante o período que medeia a última Sessão a esta parte, o Ministério Público perdeu 3 magistrados, 10 oficiais de justiça, em memória dos quais pedimos um minuto de silêncio. **(Muito Obrigada)**

A todos os membros do Conselho Coordenador e convidados fazemos votos de que estejam a gozar de boa saúde junto com as vossas famílias e com disposição para darem o melhor contributo nos trabalhos desta Décima Sexta Sessão.

**Excelências,**

**Caros Colegas,**

Este fórum reúne sempre grandes expectativas, pois, nos termos da lei, é nele que efectuamos a avaliação das actividades realizadas, em todos os domínios da nossa intervenção, e traçamos, através das deliberações e recomendações, o que deve ser a nossa acção, para a melhoria da nossa actuação, sempre em articulação com outras instituições do Estado, em particular as do Sistema de Administração da

Justiça, bem como com a sociedade civil, parceiros de cooperação e com os cidadãos, em geral.

A Décima Sexta Sessão Ordinária do Conselho Coordenador do Ministério Público decorre sob o lema: *Por um Ministério Público em Prol do Reforço e Promoção da Cooperação Jurídica e Judiciária na Prevenção e Combate à Criminalidade Organizada e Transnacional.*

A escolha do lema reflecte os desafios que o País continua a enfrentar na prevenção e combate à criminalidade organizada com características transnacionais, tais como o terrorismo e seu financiamento, tráfico de drogas e de pessoas, raptos, imigração ilegal, branqueamento de capitais, corrupção, entre outros, o que requer o aprimoramento das nossas estratégias de actuação, quer a nível interno, quer internacional.

Daí que a par das reformas legislativas, do reforço em recursos humanos e materiais que temos levado a cabo, é fundamental o aprimoramento dos mecanismos de cooperação jurídica e judiciária, tornando-os mais expeditos e eficazes a nível regional e internacional.

Nesta Sessão, iremos olhar para as actividades que desenvolvemos em 2022, com base nos relatórios de actividades que serão aqui apresentados, tendo como prioridade, dentre outros aspectos, a criminalidade organizada e transnacional e a cooperação jurídica e judiciária internacional.

Igualmente, no realinhamento das nossas actividades, iremos abordar temas específicos de interesse para o bom desempenho do Ministério Público, com destaque para:

- i. A Proposta de Criação da Direcção de Cooperação Jurídica e Judiciária;
- ii. A Proposta de Alteração do Manual de Identidade Corporativa do Ministério Público; e
- iii. Limites Orçamentais, Plano Económico Social e Orçamento do Estado – 2024.

**Excelências,**

**Distintos Membros do Conselho Coordenador,**

**Caros Convidados,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

A recente criação dos novos Gabinetes especializados no Ministério Público, nomeadamente, os Gabinetes Centrais de Combate à Criminalidade Organizada e Transnacional e de Recuperação de Activos exige que os mesmos sejam dotados não só de meios humanos e técnico-operativos, mas, também, como fizemos referência, sejam reforçados em matéria de cooperação jurídica e judiciária com os países envolvidos nas investigações, através de mecanismos mais eficientes e céleres.

Daí que na presente Sessão propomos a criação da Direcção de Cooperação Jurídica e Judiciária não só para responder ao imperativo legal, o qual designa a PGR como autoridade central, mas, também, por forma a responder, com maior

celeridade, aos pedidos de cooperação jurídica e judiciária internacional que efectuamos e que nos são solicitados.

A presente Sessão ocorre numa altura em que continuamos a enfrentar restrições orçamentais, o que coloca em causa o cumprimento integral das nossas actividades.

Assim, na execução dos nossos planos anuais, temos estado a definir as actividades prioritárias com base nos orçamentos que nos são disponibilizados e com o apoio dos nossos parceiros.

Por isso, propomos a análise dos Limites Orçamentais, que nos foram comunicados, tendo em atenção o Plano Económico Social e Orçamento do Estado para o ano 2024.

Devemos em conjunto encontrar melhores mecanismos para a racionalização do orçamento que nos será disponibilizado. Por isso, que convidamos aos diferentes gestores, quer a nível central, quer provincial, para participarem activamente nos debates deste tema, apresentando as suas contribuições para uma melhor execução das nossas actividades.

Com o objectivo de sempre melhorar a divulgação das nossas competências e visibilidade dos nossos órgãos, trazemos como proposta a Alteração do Manual de Identidade Corporativa do Ministério Público.

**Caros Colegas,**

**Excelências,**

A nossa expectativa é que os trabalhos da Decima Sexta Sessão Ordinária do Conselho Coordenador do Ministério Público decorram num ambiente tranquilo, de perfeita cordialidade, participativo, mesmo sendo por via remota, e formulamos votos de que o nosso exercício surta resultados positivos e auguramos que os debates dos temas agendados sejam francos e abertos, focalizados aos objectivos traçados.

**Excelências,**

**Distintos Membros do Conselho Coordenador,**

**Caros Convidados,**

**Minhas Senhoras e Meus Senhores,**

Antes de terminar, agradecer, mais uma vez, a presença de todos e pelas valiosas contribuições que certamente serão dadas, convictos de que as mesmas consolidarão o nosso Ministério Público, com vista a responder ao seu papel no Estado de Direito Democrático que estamos a edificar.

Ditas estas palavras, honra-nos declarar aberta a Décima Sexta Sessão Ordinária do Conselho Coordenador do Ministério Público.

Muito obrigada pela atenção dispensada.

Maputo, 28 de Agosto de 2023